

## Relatório da Administração

**Senhores Acionistas,**  
Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. (CPFL Serviços), submete à apreciação dos Senhores as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. As demonstrações financeiras na íntegra, relatório da administração e o parecer dos auditores independentes estão disponíveis na sede da Companhia e podem ser acessadas em [www.cpfl.com.br/ri](http://www.cpfl.com.br/ri).

A Companhia esclarece que não emitiu debêntures durante o exercício e que não emitiu ou recomprou debêntures anteriormente emitidas. Atualmente a Companhia não detém participação societária em outras sociedades. Durante o exercício de 2021, não houve investimentos significativos efetuados pela Companhia. A Receita operacional da Companhia apresentou uma redução de 6% em relação a 2020, e o Lucro operacional foi de R\$ 27.192, comparando com o lucro de R\$ 28.849

do exercício anterior. Do lucro apurado, a Companhia destinou R\$ 6.458 a título de dividendo mínimo obrigatório, R\$ 19.374 a título de dividendo adicional proposto, R\$ 1.360 para reserva legal.

### A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço [www.cpfl.com.br/ri](http://www.cpfl.com.br/ri).

## Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2021		31/12/2020		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2021		31/12/2020	
<b>Circulante</b>						<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	353	606			Fornecedores	14	62.973	35.988		
Contas a receber	6	115.195	93.962			Empréstimos e financiamentos	15	959	977		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	722	611			Imposto de renda e contribuição social a recolher	16	762	51		
Outros tributos a compensar	7	5.429	4.469			Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	16	13.267	9.597		
Estoque	8	11.079	7.262			Mútuos com coligadas, controladas e controladora	18	–	40.206		
Outros ativos	10	4.064	4.404			Dividendo e juros sobre capital próprio	18	23.903	6.852		
<b>Total do circulante</b>		<b>136.842</b>	<b>111.313</b>			Obrigações estimadas com pessoal	18	19.096	14.663		
<b>Não circulante</b>						Derivativos	19	60	–		
Mútuos com coligadas, controladas	11	–	36.557			Outras contas a pagar	19	15.601	21.832		
Depósitos judiciais	17	5.041	5.102			<b>Total do circulante</b>		<b>136.622</b>	<b>130.166</b>		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	945	405			<b>Não circulante</b>					
Outros tributos a compensar	7	1.526	1.494			Fornecedores	14	–	2.706		
Créditos fiscais diferidos	9	18.888	21.719			Mútuos com coligadas, controladas e controladora	18	39.601	–		
Outros ativos	10	49	49			Empréstimos e financiamentos	15	268	1.226		
Imobilizado	12	203.214	149.848			Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	17	18.146	15.278		
Intangível	13	18.454	13.676			Outras contas a pagar	19	6.965	7.610		
<b>Total do não circulante</b>		<b>248.117</b>	<b>228.850</b>			<b>Total do não circulante</b>		<b>64.980</b>	<b>26.819</b>		
						<b>Patrimônio líquido</b>					
						Capital social	20.1	150.929	150.929		
						Reserva legal	20.2	3.474	2.115		
						Reserva estatutária - reforço de capital de giro	20.2	28.954	9.580		
						Dividendo adicional proposto		–	20.555		
								<b>183.357</b>	<b>183.179</b>		
<b>Total do ativo</b>		<b>384.959</b>	<b>340.164</b>			<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>384.959</b>	<b>340.164</b>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e de 2020 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucro	Dividendo	Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>120.929</b>	<b>672</b>	<b>9.580</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>131.181</b>
<b>Resultado abrangente total</b>						<b>28.849</b>	<b>28.849</b>
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	28.849	28.849
<b>Mutações internas do patrimônio líquido</b>		<b>1.442</b>				<b>(1.442)</b>	
Constituição da reserva legal	–	1.442	–	–	–	(1.442)	–
<b>Transações de capital com os acionistas</b>	<b>30.000</b>			<b>20.555</b>		<b>(27.407)</b>	<b>23.148</b>
Aumento de capital	30.000	–	–	–	(30.000)	–	–
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	–	–	30.000	–	30.000
Dividendo mínimo obrigatório	–	–	–	–	–	(6.852)	(6.852)
Dividendo adicional proposto	–	–	–	20.555	–	(20.555)	–
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>150.929</b>	<b>2.115</b>	<b>9.580</b>	<b>20.555</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>183.179</b>
<b>Resultado abrangente total</b>						<b>27.192</b>	<b>27.192</b>
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	27.192	27.192
<b>Mutações internas do patrimônio líquido</b>		<b>1.360</b>	<b>19.374</b>			<b>(20.734)</b>	
Constituição da reserva legal	–	1.360	–	–	–	(1.360)	–
Constituição de reserva de retenção de lucros	–	–	19.374	–	–	(19.374)	–
<b>Transações de capital com os acionistas</b>				<b>(20.555)</b>		<b>(6.458)</b>	<b>(27.013)</b>
Dividendo mínimo obrigatório	–	–	–	–	–	(6.458)	(6.458)
Dividendo adicional proposto	–	–	–	(20.555)	–	–	(20.555)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>150.929</b>	<b>3.474</b>	<b>28.954</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>183.357</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	2021	2020		2021	2020
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>41.434</b>	<b>35.328</b>	<b>Atividades de investimentos</b>		
<b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>			Aquisições de imobilizado	(79.375)	(44.051)
Depreciação e amortização	28.513	24.268	Adições de Intangível	(7.834)	(5.946)
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	4.400	10.583	Mútuos concedidos a controladas e coligadas	–	(40.000)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	117	20	Recebimento de mútuos com controladas e coligadas	36.821	3.500
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	2.798	1.652	Outros	–	22
Perda (ganho) na baixa de não circulante	(233)	(251)	<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos</b>	<b>(50.388)</b>	<b>(86.475)</b>
<b>Redução (aumento) nos ativos operacionais</b>			<b>Atividades de financiamentos</b>		
Contas a receber	(21.350)	(38.134)	Amortização de principal de empréstimos	(974)	(25.867)
Tributos a compensar	(1.435)	1.872	Liquidação de operações com derivativos	(47)	–
Depósitos judiciais	185	(664)	Adiantamento para futuro aumento de capital	–	30.000
Outros ativos operacionais	(2.692)	(1.397)	Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(9.962)	(3.193)
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais</b>			Captações de mútuos com controladas e coligadas	–	40.000
Fornecedores	24.280	2.142	Amortizações de mútuos com controladas e coligadas	(2.113)	–
Outros tributos e contribuições sociais	3.815	2.069	<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento</b>	<b>(13.096)</b>	<b>40.940</b>
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(2.774)	(1.760)	<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		
Outros passivos operacionais	(2.444)	18.053	Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	<b>606</b>	<b>4.568</b>
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações</b>	<b>74.614</b>	<b>53.781</b>	Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	<b>353</b>	<b>606</b>
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(51)	(816)			
Imposto de renda e contribuição social pagos	(11.332)	(11.392)			
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais</b>	<b>63.231</b>	<b>41.573</b>			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. ("CPFL Serviços" ou "Companhia"), fundada em 1988, é uma companhia por ações de capital fechado, e tem como atividade preponderante a construção e manutenção de estações e redes de distribuição de energia elétrica, além da fabricação, comercialização, locação e manutenção de equipamentos elétricos e hidráulicos em geral e a administração de obras. A sede administrativa da Companhia está localizada na Avenida dos Braghetta, 364, CEP: 13720-000 - São José do Rio Pardo - São Paulo. A CPFL Serviços é uma companhia controlada direta da CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia" ou "Controladora").

**1.2 - Impactos do COVID-19:** Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o coronavírus (COVID-19) é uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos nas demonstrações financeiras. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando e implementando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação do COVID -19 possam provocar. No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde. A Administração tem avaliado de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para

mitigar os impactos nas operações. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes medidas foram tomadas e os principais assuntos que estão sob monitoramento constantes estão listados a seguir:

- Implementação de medidas temporárias no quadro de funcionários, tais como planos de home office, adequação dos espaços coletivos para evitar aglomerações, e demais medidas aplicáveis, relacionadas à saúde;
- Negociação com fornecedores de equipamentos para avaliação de prazos de entregas visto ao novo cenário, sem que haja, até o momento, indicativos de riscos relevantes de atraso que possam impactar nas operações;
- Avaliação das condições contratuais com instituições financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos e pagamento com fornecedores, para mitigar eventuais riscos de liquidez;
- Monitoramento das variações de indexadores de mercado que poderiam afetar empréstimos, financiamentos;
- Avaliação de eventuais renegociações com clientes, em função de retração macroeconômica. Tais renegociações estão sendo direcionadas, em sua maioria, através de deslocamentos temporais nas quantidades contratadas. O efeito financeiro e econômico para a Companhia ao longo dos próximos meses dependerá do desfecho da crise e seus impactos macroeconômicos, especialmente no que tange à retração na atividade econômica, bem como da extensão do isolamento social e das medidas de flexibilização implantadas pelo governo. A Companhia continuará monitorando constantemente os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras.

### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). A Administração afirma que todas as

informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia. A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 14 de março de 2022.

**2.2 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico exceção pelos instrumentos não derivativos. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 e 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 26 de Instrumentos Financeiros.

**2.3 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva. As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuem um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

- Nota 6 - Contas a receber (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 9 - Créditos e débitos fiscais diferidos (reconhecimento de ativos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados);
- Nota 11 - Imobilizado (aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 12 - Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 16 - Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos);
- Nota 21 - Receita operacional (principais premissas em relação a receita POC);
- Nota 26 - Instrumentos financeiros (premissas para determinação do valor justo).

**2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real, e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

**2.5 Demonstração do valor adicionado:** A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado ("DVA") nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como informação suplementar das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Demonstrações dos Resultados Abrangentes**  
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de Reais)

	2021	2020
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>27.192</b>	<b>28.849</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>	<b>–</b>	<b>–</b>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>27.192</b>	<b>28.849</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações do Valor Adicionado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	2021	2020
<b>1 - Receita</b>	<b>782.322</b>	<b>609.549</b>
1.1 Receita de prestação de serviços	694.297	557.876
1.2 Receita relativa à construção de ativos próprios	88.142	51.693
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(117)	(20)
<b>2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(355.854)</b>	<b>(263.196)</b>
2.1 Material	(192.319)	(115.229)
2.2 Serviços de terceiros	(151.992)	(133.541)
2.3 Outros	(11.543)	(14.425)
<b>3 - Valor adicionado bruto (1+2)</b>	<b>426.468</b>	<b>346.353</b>
<b>4 - Retenções</b>	<b>(28.513)</b>	<b>(24.268)</b>
4.1 Depreciação e amortização	(28.513)	(24.268)
<b>5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)</b>	<b>397.955</b>	<b>322.084</b>
<b>6 - Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>2.233</b>	<b>864</b>
6.1 Receitas financeiras	2.233	864
<b>7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)</b>	<b>400.188</b>	<b>322.949</b>
<b>8 - Distribuição do valor adicionado</b>		
<b>8.1 Pessoal e encargos</b>	<b>237.861</b>	<b>187.398</b>
8.1.1 Remuneração direta	158.254	125.820
8.1.2 Benefícios	68.467	52.896
8.1.3 F.G.T.S.	11.140	8.682
<b>8.2 Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>121.489</b>	<b>96.951</b>
8.2.1 Federais	95.356	74.713
8.2.2 Estaduais	4.698	3.622
8.2.3 Municipais	21.435	18.616
<b>8.3 Remuneração de capital de terceiros</b>	<b>13.646</b>	<b>9.750</b>
8.3.1 Juros	3.472	1.941
8.3.2 Aluguéis	10.174	7.809
<b>8.4 Remuneração de capital próprio</b>	<b>27.192</b>	<b>28.849</b>
8.4.1 Reserva Legal	1.360	1.442
8.4.3 Dividendos (mínimo obrigatório)	6.458	6.852
8.4.4 Dividendos adicional proposto	19.374	20.555
	<b>400.188</b>	<b>322.949</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia. A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 14 de março de 20

—★ continuação

**CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.** - CNPJ nº 58.635.517/0001-37**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados com exceção dos novos pronunciamentos e interpretações contábeis adotadas pela Companhia em 1º de janeiro de 2021 descritas na nota explicativa 3.13. Devido aos métodos de transição escolhidos na aplicação de determinadas novas normas contábeis, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram reapresentadas, sendo os efeitos cumulativos das aplicações iniciais reconhecidos em 1º de janeiro de 2021 diretamente em Lucros Acumulados. **3.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia. Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo. **3.2 Instrumentos financeiros:** - Ativos financeiros: Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. As classificações dos ativos financeiros no momento inicial e mensurações subsequentes são como segue:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado	Esses ativos são subsequentemente mensurados a valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Valor justo por meio do resultado (VJR): Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaimento contábil que de outra forma surgiria. Avaliação do modelo de negócio: A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se: - a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; - como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; - os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (é o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; - como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e - a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). - Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem: (i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente. Estes passivos são registrados inicialmente pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, se houver, que deve ser registrada contra outros resultados abrangentes. (ii) Mensurados subsequentemente ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros. Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 26. - Capital social: Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários. **3.3 Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. **3.4 Imobilizado:** Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são

registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostos. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A depreciação é calculada linearmente, a taxas anuais variáveis de 2% a 20%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens, líquido de seus valores residuais estimados. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. Os ganhos e perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais. **3.5 Intangível:** Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como softwares. Os ativos intangíveis são registrados ao custo de aquisição ou formação e estão deduzidos da amortização acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A amortização é calculada linearmente, a taxa anual de 20%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens, líquido de seus valores residuais estimados. **3.6 Redução ao valor recuperável ("impairment"):** - Ativos financeiros: A Companhia avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e (iii) ativos de contrato. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia considera um ativo financeiro como em *default* quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações. A Companhia utiliza uma matriz de provisões com base em suas taxas de inadimplência observadas históricas ao longo da vida esperada das contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos. A metodologia desenvolvida pela Companhia resultou em um percentual de perda esperada para os títulos de contas a receber que está aderente descrita como perda de crédito esperada (*Expected Credit Losses*), contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda ("PD" - *Probability of Default*), Exposição financeira no momento do não cumprimento ("EAD" - *Exposure At Default*) e a perda dada pela inadimplência ("LGD" - *Loss Given Default*). Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

• dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; quebra de cláusulas contratuais; • reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. As perdas por *impairment* relacionadas a contas a receber reconhecido em ativos financeiros e outros recebíveis, são registradas no resultado do exercício. - Ativos não financeiros: Os ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável. O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso. **3.7 Provisões:** As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo. **3.8 Dividendo e juros sobre capital próprio:** De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. De acordo com as práticas contábeis brasileiras, CPC 24 e ICP 08 (R1), apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras. Conforme definido na Assembleia Geral da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete ao Conselho de Administração a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários apurados através de balanço semestral. A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários na data-base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação do Conselho de Administração. Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração. **3.9 Reconhecimento de receita:** A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida por meio do PoC (*Percentage of Completion*) método de cálculo que reconhece as receitas conforme a evolução da obra, regida por contrato de prestação de serviços entre as partes. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. As receitas dos contratos de construção são reconhecidas com a satisfação da obrigação de desempenho ao longo do tempo, considerando o atendimento de um dos critérios abaixo: (a) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da entidade à medida que a entidade efetiva o desempenho; (b) o desempenho por parte da entidade cria ou melhora o ativo (por exemplo, produtos em elaboração) que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado; (c) o desempenho por parte da entidade não cria um ativo com uso alternativo para a entidade e a entidade possui direito executável (*enforcement*) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. **3.10 Custos orçados das obras e projetos:** Os custos orçados, compostos, principalmente, pelos custos incorridos e custos previstos a incorrer para o encerramento das obras e projetos, são regularmente revisados, conforme evolução das obras, e eventuais ajustes identificados com base nesta revisão são refletidos nos resultados da Companhia. **3.11 Imposto de Renda e Contribuição Social:** As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A Companhia registra em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporariamente indutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório anual

e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **3.12 Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41. **3.13 Mudanças nas principais políticas contábeis:** A Companhia adotou inicialmente as alterações ao CPC 15/IFRS 3 sobre definição de um negócio, e alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39 e CPC 40/IFRS 7 sobre Reforma da Taxa de Juros de Referência a partir de 1º de janeiro de 2021. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia. **3.14 Novas normas e interpretações vigentes ainda não efetivas:** Novas normas e emendas às normas e interpretações CPC foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021. A Companhia não adotou essas alterações de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras: **(a) Contratos Onerosos - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25):** As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados. A Companhia está avaliando as alterações do pronunciamento, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras. **(b) Determinação de estimativas contábeis (alterações ao CPC 23):** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e *inputs* para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. A Companhia está avaliando as alterações do pronunciamento, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras consolidadas. **(c) Divulgação de políticas contábeis (alterações ao CPC 26):** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia está avaliando as alterações do pronunciamento, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras consolidadas. **(d) Outras normas:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: - Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06). - Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27). - Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15). - Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26). - Contratos de Seguros CPC 50. A Companhia está avaliando as alterações do pronunciamento, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras.

**4. DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO**

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. Desta forma, a Companhia determina o valor justo conforme CPC 46, o qual define o valor justo como a estimativa de preço pelo qual uma transação não forçada para a venda do ativo ou para a transferência do passivo ocorreria entre participantes do mercado sob condições atuais de mercado na data de mensuração. - Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site B3 S.A. e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 26) e também contempla a taxa de crédito da parte devedora.

**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Saldos bancários	31/12/2021	31/12/2020
	353	606
<b>Total</b>	<b>353</b>	<b>606</b>

**6. CONTAS A RECEBER**

	Vencidos		Total	
	Saldos vincendos	até 90 dias > 90 dias	31/12/2021	31/12/2020
<b>Circulante</b>				
Contas a receber	54.526	838	98	55.461
Contas a receber com partes relacionadas	59.129	707	6	59.842
	<b>113.654</b>	<b>1.545</b>	<b>104</b>	<b>115.303</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa			(108)	(48)
<b>Total</b>			<b>115.195</b>	<b>93.962</b>

**Provisão para créditos de liquidação duvidosa** - A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>(14)</b>
Provisão revertida (constituída) líquida	(34)
Recuperação de receita	14
Baixa de contas a receber provisionadas	(14)
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>(48)</b>
Provisão revertida (constituída) líquida	(60)
Recuperação de receita	(58)
Baixa de contas a receber provisionadas	58
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>(108)</b>

**7. TRIBUTOS A COMPENSAR**

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Circulante</b>		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	722	611
<b>Imposto de renda e contribuição social a compensar</b>	<b>722</b>	<b>611</b>
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	169	90
ICMS a compensar	427	1
Programa de integração social - PIS	472	400
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	2.176	1.845
Instituto nacional de seguridade social - INSS	2.071	2.078
Outros	114	55
<b>Outros tributos a compensar</b>	<b>5.429</b>	<b>4.469</b>
<b>Total circulante</b>	<b>6.151</b>	<b>5.080</b>
<b>Não circulante</b>		
Contribuição social a compensar - CSLL	555	405
Imposto de renda a compensar - IRPJ	390	—
<b>Imposto de renda e contribuição social a compensar</b>	<b>945</b>	<b>405</b>
ICMS a compensar	13	13
Programa de integração social - PIS	269	264
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.244	1.217
<b>Outros tributos a compensar</b>	<b>1.526</b>	<b>1.494</b>
<b>Total não circulante</b>	<b>2.471</b>	<b>1.899</b>

O saldo de INSS a compensar refere-se ao tributo retido na fonte sobre vendas de prestação de serviços sujeitos à retenção à base de 3,5%, passível de dedução mensal do INSS a recolher incidente sobre a folha de pagamento da Companhia. A utilização do referido crédito ocorre através do abatimento do saldo a pagar ou compensação via PER/DCOMP.

continua—★



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadario.estadao.com.br/publicacoes/>

☆ continuação

## CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. - CNPJ nº 58.635.517/0001-37

### Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2021	31/12/2020
Matéria-prima	5.366	3.557
Produtos acabados	5.494	2.973
Produtos semi-acabados e serviços em andamento	19	19
Ordens em curso	201	714
<b>Total</b>	<b>11.079</b>	<b>7.262</b>

**Matéria-prima:** Refere-se a materiais necessários para industrialização e reforma de equipamentos para venda. **Produtos acabados:** Refere-se a materiais e equipamentos reformados de manuseio em redes de Distribuição elétricas.

#### 9. CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

	31/12/2021	31/12/2020
Composição dos créditos fiscais		
<b>Crédito (Débito) de contribuição social</b>		
Bases negativas	2.355	3.715
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	2.902	2.273
<b>Subtotal</b>	<b>5.257</b>	<b>5.988</b>
<b>Crédito (Débito) de imposto de renda</b>		
Prejuízos fiscais	5.570	9.418
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	8.061	6.314
<b>Subtotal</b>	<b>13.631</b>	<b>15.732</b>
<b>Total</b>	<b>18.888</b>	<b>21.719</b>

	31/12/2021	31/12/2020
<b>9.1 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis:</b>		
<b>Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis</b>		
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	1.914	5.316
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10	27
Provisão relacionada a pessoal	873	2.426
Derivativos	5	14
Outros	100	277
<b>Total</b>	<b>2.902</b>	<b>8.061</b>

**9.2 Expectativa do período de recuperação**  
A expectativa do período recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente dedutíveis e bases negativas e prejuízos fiscais, está baseada nas projeções de resultados futuros, aprovadas pela Diretoria, e sua composição é como segue:

	2022	2023	2024	2025	2026	2027 a 2029	2030 a 2032	Total
	7.327	5.894	1.257	12	729	2.175	1.494	18.888

#### 12. IMOBILIZADO

	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>297</b>	<b>9.821</b>	<b>50.706</b>	<b>40.060</b>	<b>1.849</b>	<b>25.874</b>	<b>128.608</b>
Custo histórico	297	14.736	77.386	92.175	3.083	25.874	213.551
Depreciação acumulada	-	(4.915)	(26.680)	(52.115)	(1.233)	-	(84.943)
Adições	-	-	-	-	-	44.051	44.051
Baixas	-	-	-	(1.041)	-	-	(1.041)
Provisão para custos socioambientais	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	2.946	20.818	20.790	906	(45.460)	(22)
Transferências de/para outros ativos - custo	-	-	(22)	-	-	-	(22)
Depreciação	-	(485)	(8.615)	(13.273)	(184)	-	(22.558)
Baixa da depreciação	-	-	-	811	-	-	811
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>297</b>	<b>12.281</b>	<b>62.887</b>	<b>47.347</b>	<b>2.571</b>	<b>24.465</b>	<b>149.848</b>
Custo histórico	297	17.682	98.182	111.924	3.989	24.465	256.539
Depreciação acumulada	-	(5.400)	(35.295)	(64.577)	(1.418)	-	(106.691)
Adições	-	-	-	-	-	79.375	79.375
Baixas	-	(293)	(15)	(1.255)	-	-	(1.562)
Provisão para custos socioambientais	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	2.742	25.435	21.108	457	(49.743)	-
Transferências de/para outros ativos - custo	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	-	(572)	(10.850)	(13.991)	(240)	-	(25.651)
Baixa da depreciação	-	92	6	1.106	-	-	1.204
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>297</b>	<b>14.252</b>	<b>77.463</b>	<b>54.317</b>	<b>2.788</b>	<b>54.097</b>	<b>203.214</b>
Custo histórico	297	20.131	123.602	131.778	4.446	54.097	334.351
Depreciação acumulada	-	(5.879)	(46.139)	(77.461)	(1.657)	-	(131.137)
<b>Taxa média de depreciação 2020</b>		<b>3,36%</b>	<b>10,25%</b>	<b>14,27%</b>	<b>6,25%</b>		
<b>Taxa média de depreciação 2021</b>		<b>3,36%</b>	<b>10,25%</b>	<b>14,27%</b>	<b>6,25%</b>		

Os valores de depreciação estão registrados na demonstração do resultado, na linha de "Depreciação e amortização" (nota 22).

**12.1 - Teste de redução ao valor recuperável dos ativos:** Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. O resultado de tal avaliação para todos os exercícios apresentados não apontou indicativos de redução no valor recuperável destes ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

#### Bens dados em garantia de dívidas

	2021	2020
Máquinas, equipamentos e veículos	36.314	47.215
	36.314	47.215

#### 13. INTANGÍVEL

	Ativos intangíveis
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>9.391</b>
Custo histórico	13.845
Amortização acumulada	(4.454)
Adições	5.946
Amortização	(1.683)
Baixa	22
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>13.676</b>
Custo histórico	19.813
Amortização acumulada	(6.137)
Adições	7.834
Amortização	(2.837)
Baixa	(219)

#### 15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Saldo em 31/12/2020	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Combinação de negócios	Saldo em 31/12/2021
<b>Mensuradas ao custo</b>								
<b>Moeda nacional</b>								
Prefixado	2.203	-	(974)	49	-	(51)	-	1.227
<b>Total ao custo</b>	<b>2.203</b>	<b>-</b>	<b>(974)</b>	<b>49</b>	<b>-</b>	<b>(51)</b>	<b>-</b>	<b>1.227</b>
<b>Total</b>	<b>2.203</b>	<b>-</b>	<b>(974)</b>	<b>49</b>	<b>-</b>	<b>(51)</b>	<b>-</b>	<b>1.227</b>
<b>Circulante</b>	<b>977</b>							<b>959</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>1.226</b>							<b>268</b>
<b>Modalidade</b>	<b>Encargos financeiros anuais</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>Faixa de vencimento</b>	<b>Garantia</b>			
<b>Mensuradas ao custo - Moeda Nacional</b>								
Prefixado								
FINAME	Pré fixado de 2,5% a 10%	1.227	2.203	2012 a 2024	Fiança da CPFL Energia, bens vinculados em alienação fiduciária			
<b>Total moeda nacional</b>		<b>1.227</b>	<b>2.203</b>					
<b>Total</b>		<b>1.227</b>	<b>2.203</b>					

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

Ano de vencimento	2021	2020
<b>Total</b>	<b>268</b>	<b>268</b>

#### Condições restritivas

Os financiamentos obtidos pela Companhia exige o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento. As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2021. **Índices exigidos nas demonstrações financeiras:** • Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75. • Dívida Líquida dividida pela soma entre Patrimônio Líquido e Dívida Líquida menor ou igual a 0,72. • EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25. A definição de EBITDA, para fins de apuração de *covenants*, a garantidora CPFL Energia leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária direta ou indiretamente detida pela controladora CPFL Energia naquelas empresas (tanto para EBITDA como para ativos e passivos).

#### 9.3 Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2021 e 2020.

	2021		2020	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>41.434</b>	<b>41.434</b>	<b>35.328</b>	<b>35.328</b>
<b>Ajustes para refletir a alíquota efetiva:</b>				
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	459	453	2.016	1.884
<b>Base de cálculo</b>	<b>41.893</b>	<b>41.887</b>	<b>37.344</b>	<b>37.212</b>
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
<b>Débito fiscal apurado</b>	<b>(3.770)</b>	<b>(10.472)</b>	<b>(3.361)</b>	<b>(9.303)</b>
Crédito fiscal reconhecido (não reconhecido), líquido	-	-	1.733	4.453
<b>Total</b>	<b>(3.770)</b>	<b>(10.472)</b>	<b>(1.628)</b>	<b>(4.850)</b>

#### 10. OUTROS ATIVOS

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamentos - Vivest (a)	1.476	1.208	49	49
Adiantamentos - fornecedores	-	140	-	-
Despesas antecipadas	271	263	-	-
Adiantamentos a funcionários	4.239	3.408	-	-
Indenizações (b)	934	12	-	-
Outros (c)	(2.856)	(627)	-	-
<b>Total</b>	<b>4.064</b>	<b>4.404</b>	<b>49</b>	<b>49</b>

(a) A Companhia mantém Planos de assistência médica para seus empregados. Atualmente este benefício vigora por meio da FUNCESP (Vivest), plano este que periodicamente realiza-se antecipação de verba para suplementação. (b) Refere-se à reembolso a receber de clientes, devido a cancelamento de obras por parte do contratante. (c) Se refere a conta transitória para venda de ativos (veículos) aguardando baixa do imobilizado.

#### 11. MÚTUO COM COLIGADAS, CONTROLADAS

Em 2020 a CPFL Serviços concebeu mútuo para sua coligada CPFL Brasil no montante de R\$ 36.557 milhões de reais sobre a taxa de 105,75% CDI, com sua liquidação ocorrendo no ano de 2021.

Modalidade	Saldo em 31/12/2020	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Saldo em 31/12/2021
<b>Mensuradas ao custo</b>					
<b>Moeda nacional</b>					
CDI - 105,75%	36.557	-	(36.821)	264	-
<b>Total ao custo</b>	<b>36.557</b>	<b>-</b>	<b>(36.821)</b>	<b>264</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>36.557</b>	<b>-</b>	<b>(36.821)</b>	<b>264</b>	<b>-</b>

	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>297</b>	<b>9.821</b>	<b>50.706</b>	<b>40.060</b>	<b>1.849</b>	<b>25.874</b>	<b>128.608</b>
Custo histórico	297	14.736	77.386	92.175	3.083	25.874	213.551
Depreciação acumulada	-	(4.915)	(26.680)	(52.115)	(1.233)	-	(84.943)
Adições	-	-	-	-	-	44.051	44.051
Baixas	-	-	-	(1.041)	-	-	(1.041)
Provisão para custos socioambientais	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	2.946	20.818	20.790	906	(45.460)	(22)
Transferências de/para outros ativos - custo	-	-	(22)	-	-	-	(22)
Depreciação	-	(485)	(8.615)	(13.273)	(184)	-	(22.558)
Baixa da depreciação	-	-	-	811	-	-	811
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>297</b>	<b>12.281</b>	<b>62.887</b>	<b>47.347</b>	<b>2.571</b>	<b>24.465</b>	<b>149.848</b>
Custo histórico	297	17.682	98.182	111.924	3.989	24.465	256.539
Depreciação acumulada	-	(5.400)	(35.295)	(64.577)	(1.418)	-	(106.691)
Adições	-	-	-	-	-	79.375	79.375
Baixas	-	(293)	(15)	(1.255)	-	-	(1.562)
Provisão para custos socioambientais	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	2.742	25.435	21.108	457	(49.743)	-
Transferências de/para outros ativos - custo	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	-	(572)	(10.850)	(13.991)	(240)	-	(25.651)
Baixa da depreciação	-	92	6	1.106	-	-	1.204
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>297</b>	<b>14.252</b>	<b>77.463</b>	<b>54.317</b>	<b>2.788</b>	<b>54.097</b>	<b>203.214</b>
Custo histórico	297	20.131	123.602	131.778	4.446	54.097	334.351
Depreciação acumulada	-	(5.879)	(46.139)	(77.461)	(1.657)	-	(131.137)
<b>Taxa média de depreciação 2020</b>		<b>3,36%</b>	<b>10,25%</b>	<b>14,27%</b>	<b>6,25%</b>		
<b>Taxa média de depreciação 2021</b>		<b>3,36%</b>	<b>10,25%</b>	<b>14,27%</b>	<b>6,25%</b>		

de "Depreciação e amortização" (nota 22).

	Ativos intangíveis
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>18.454</b>
Custo histórico	27.428
Amortização acumulada	(8.974)

**Ativos intangíveis** - O saldo é composto basicamente por softwares adquiridos pela Companhia com vida útil definida e cuja amortização é de 20% ao ano. **13.1 Teste de redução ao valor recuperável:** Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, rentabilidade de suas operações, dentre outros. O resultado de tal avaliação para todos os exercícios apresentados não apontou indicativos de redução no valor recuperável destes ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

#### 14. FORNECEDORES

	31/12/2021	31/12/2020
--	------------	------------

☆ continuação

## CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. - CNPJ nº 58.635.517/0001-37

### Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 22. CUSTO E DESPESAS OPERACIONAIS

	Despesas Operacionais								
	Custo com operação		Gerais e				Total		
	2021	2020	Vendas	administrativas	Outros	2021	2020		
Pessoal	263.429	208.080	4.352	2.664	15.701	13.374	—	283.482	224.118
Material	113.697	72.491	8	15	916	584	—	114.621	73.090
Serviços de terceiros	120.329	107.441	26	47	21.363	16.518	—	141.719	124.006
Depreciação e amortização	25.254	22.305	30	30	3.229	1.933	—	28.513	24.268
Outros	14.573	8.537	119	30	9.103	15.363	(233)	23.562	23.679
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	—	—	117	20	—	—	—	117	20
Arrendamentos e aluguéis	9.922	7.680	—	—	253	119	—	10.175	7.799
Publicidade e propaganda	—	—	—	—	996	802	—	996	802
Legais, judiciais e indenizações	(1)	(3)	—	—	6.823	12.579	—	6.822	12.576
Doações, contribuições e subvenções	—	—	—	—	10	780	—	10	780
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	—	—	—	—	—	—	(233)	(233)	(251)
Outros	4.652	860	2	10	1.021	1.083	—	5.675	1.953
<b>Total</b>	<b>537.281</b>	<b>418.854</b>	<b>4.535</b>	<b>2.786</b>	<b>50.312</b>	<b>47.772</b>	<b>(233)</b>	<b>591.895</b>	<b>469.161</b>

#### 23. RESULTADO FINANCEIRO

	2021	2020
<b>Receitas</b>		
Rendas de aplicações financeiras	171	458
Acréscimos e multas moratórias	54	24
Atualização de créditos fiscais	1.220	55
Atualização de depósitos judiciais	124	129
Juros sobre contratos de mútuo	340	74
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(104)	(40)
Outros	325	125
<b>Total</b>	<b>2.129</b>	<b>824</b>
<b>Despesas</b>		
Encargos de dívidas	(50)	(747)
Atualizações monetárias e cambiais	(1.399)	(743)
Outros	(2.055)	(467)
<b>Total</b>	<b>(3.504)</b>	<b>(1.957)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(1.375)</b>	<b>(1.133)</b>

#### 24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controladora a CPFL Energia, que possuía em 31 de dezembro de 2021, as seguintes empresas como acionistas controladores: • State Grid Brazil Power Participações S.A. Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético. • ESC Energia S.A. Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a Companhia. As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir: **a) Outras operações financeiras** - Os valores referem-se a custos bancários, despesas associadas ao processo de arrecadação e despesas de escrituração. **b) Materiais e prestação de serviços** - Referem-se à contratação de serviços como construção e manutenção e venda de materiais. **c) Adiantamentos** - Referem-se a adiantamentos para investimentos. **d) Contrato de mútuo** - Refere-se a contratos realizados com a controladora CPFL Energia e com a coligada CPFL Brasil. Para zelar para que as operações comerciais com partes relacionadas sejam realizadas em condições usuais de mercado, a Controladora CPFL Energia possui um "Comitê de Partes Relacionadas", formado por representantes dos acionistas controladores, que analisa as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas. A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas. A remuneração total do pessoal-chave da administração em 2021, conforme requerido no - CPC 05 (R1), foi de R\$ 2.590 (R\$ 3.604 em 2020). **Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A., são como segue:**

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	2021	2020	2021	2020
<b>Dividendos/Juros sobre o capital próprio</b>								
CPFL Energia S.A.	—	—	6.458	6.852	—	—	—	—
<b>Contratos de Mútuos</b>								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	—	36.557	—	—	—	74	—	—
CPFL Energia S.A.	—	—	39.601	40.206	—	—	—	265
<b>Materiais, prestação de serviços e outros</b>								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	—	—	—	—	2.006	—	25	—
CPFL Planalto Ltda.	—	—	—	16	—	—	—	113
Companhia Paulista de Força e Luz	14.647	17.572	914	1.006	1.277.863	257.352	7.567	5.797
Companhia Piratininga de Força e Luz	2.135	6.831	524	163	506.165	64.652	2.987	36
Companhia Luz e Força Santa Cruz	—	—	—	—	47.003	—	176	—
Companhia Leste Paulista de Energia	—	—	—	—	21.067	—	165	—
Companhia Sul Paulista de Energia	—	—	—	—	26.431	—	30	—
Companhia Jaguarí de Energia	1.453	3.312	113	186	207.676	56.025	323	65
Rio Grande Energia S.A. (*)	—	—	—	—	32.962	—	2.348	—
RGE Sul Distrib. Ener. S.A.	3.706	6.387	279	279	181.880	67.918	19	371
CPFL Geração Energia S.A.	—	—	—	—	—	—	54	—
CPFL Bioenergia Ltda.	—	—	—	—	34	—	—	—
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	—	—	—	—	87	—	—	—
Santa Clara I Energ. Renov.	—	—	—	—	29.247	—	7	—
CPFL Bio Formosa Ltda.	—	—	—	—	306	—	—	—
CPFL Bio Ipê Ltda.	—	—	—	—	4.428	—	—	—
CPFL Bio Pedra Ltda.	—	—	—	—	5.290	—	—	—
CPFL Bio Buriti Ltda.	—	—	—	—	1.904	—	—	—
Campo dos Ventos II Ltda.	—	—	—	—	848	—	—	—
Chimay Ltda.	—	—	—	—	82	38	—	—
Mohini Ltda.	2	2	—	—	217	24	—	—
Jayaditya Ltda.	1	1	—	—	108	7	—	—
SPE Arvoredo Energia S.A.	2	2	—	—	100	23	—	—
SPE Barra Paciência S.A.	27	25	—	—	1.398	325	—	—
SPE Cocais Grande E. S.A.	8	7	—	—	394	95	—	—
SPE Corrente Grande S.A.	3	3	—	—	184	39	—	—
SPE Ninho da Água S.A.	12	11	—	—	617	140	—	—
SPE Paiol Energia S.A.	4	4	—	—	213	50	—	—
SPE São Gonçalo S.A.	4	4	—	—	217	50	—	—
SPE Varginha Energia S.A.	9	8	—	—	465	108	—	—
SPE Várzea Alegre S.A.	4	3	—	—	188	44	—	—
SPE Alto Irani S.A.	6	6	—	—	316	76	—	—
SPE Plano Alto S.A.	—	—	—	—	37	5	—	—
SPE Salto Góes S.A.	3	3	—	—	163	40	—	—
SPE Boa Vista 1 S.A.	—	6	—	—	7	76	—	—
SPE Boa Vista 2 S.A.	—	—	—	—	3.444	554	—	—
SPE Costa Branca S.A.	—	—	—	—	1.560	—	—	—
SPE Costa das Dunas S.A.	—	561	—	—	7.532	5.432	—	—
SPE Figueira Branca S.A.	—	419	—	—	4.411	3.406	—	—
SPE Bio Alvorada Ltda.	—	—	—	—	2.379	—	—	—
Atlantica I Pq. Eólico S.A.	56	15	—	—	699	191	—	—
SPE Bio Coopcana S.A.	7	7	—	—	3.127	134	—	—
Ventos de Santo Dimas S.A.	—	821	—	—	2.149	2.004	—	—
São Benedito Energias S.A.	—	704	—	—	1.256	1.171	—	—
Santa Mônica Energia Ltda.	—	—	—	—	2.264	—	—	—
Santa Úrsula Energias Ltda.	—	—	—	—	2.118	—	—	—
Ventos São Martinho Ltda.	—	—	—	—	7.587	—	—	—
São Domingos Energias S.A.	—	520	—	—	7.050	1.302	—	—
Pedra Cheirosa I S.A.	—	—	—	—	4.198	—	550	—
Sta.Luzia Energética S.A.	3	3	—	—	160	37	—	—
CPFL Bio Ester Ltda.	—	—	—	—	—	—	—	—
Cia Energé Novo Horizonte	24	22	—	—	1.226	284	—	—
Cia Hidroel Figueirópolis	—	—	—	—	12	12	—	—
Ludesa Energética S.A.	20	18	—	—	1.002	233	—	—
Mata Velha Energética S.A.	8	7	—	—	403	94	—	—
Chapecoense	—	—	—	—	685	—	—	—
Foz do Chapecó	—	—	—	—	21	—	—	—
CPFL Energia S.A.	—	—	—	—	—	—	1	—
SPE Solar 1 Energia S.A.	—	—	—	—	1.044	2	—	—
CPFL Telecomunicações	—	—	—	—	30.350	—	—	—
Nect Serviços Adm. Ltda.	—	—	—	207	—	—	3.213	2.567
CPFL Eficiência Energética S.A.	—	13	—	—	1.092	91	6.538	—
CPFL Geração Distribuidor	—	—	—	—	160	—	—	—
CPFL Energia	—	—	—	—	—	—	—	2
TI Nect Serv.Inform. Ltda.	—	—	292	—	—	—	—	22.481
CPFL Total Serv ADM Ltda.	—	—	—	—	—	—	—	697
Nect Ser. Adm. Rec. Hum. Ltda.	—	—	7	416	—	—	—	14.126
Nect Ser. Adm. Financ. Ltda.	—	—	218	209	—	—	—	5.274
Nect Ser. Adm. Sup. Log. Ltda.	—	—	14	11	—	—	—	376
CPFL Transm. Piracicaba S.A.	18	16	—	—	5.281	349	—	—
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	10	20	—	—	708	122	—	—
CPFL Transmissão de Energia Sul I S.A.	4.158	—	—	—	12.114	—	—	—

#### 25. SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

Ramo da apólice	31/12/2021
Incêndio, raio, explosão, quebra de máquinas, danos elétricos e risco de engenharia	243.310
Transporte nacional	41.333
Distribuidoras de energia elétrica	50.000
Vidas em grupo e acidentes pessoais	245.472
Outros	150.000
<b>Total</b>	<b>730.115</b>

Para o seguro de responsabilidade civil dos administradores, a importância segurada é compartilhada entre as empresas da CPFL Energia. O prêmio é pago individualmente por cada empresa envolvida, sendo o faturamento base de critério do rateio.

#### 26. GESTÃO DE RISCOS

**Estrutura do gerenciamento de risco:** Na Companhia, a gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal da controladora CPFL Energia, Comitês de Assessoramento, Diretoria Executiva, Gerência de Auditoria Interna e Riscos Corporativos e áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve o modelo de gestão de riscos assim como as atribuições de cada agente. Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia deliberar sobre as metodologias de limite de risco recomendadas pela Diretoria Executiva, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem desses limites. Adicionalmente, cabe a este fórum, tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva para saná-los. Cabe ao (s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração, desempenhando seu(s) papel(is) de órgão(s) técnico(s), tomar conhecimento (i) dos modelos de monitoramento dos riscos, (ii) das exposições aos riscos e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo a gestão de riscos. Ao Conselho Fiscal da CPFL Energia compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais a Companhia está exposta bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles. À Diretoria Executiva cabe a condução dos negócios dentro dos limites de risco definidos, devendo esta tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho da Administração, apresentando ações de mitigação. A Gerência de Auditoria Interna e Riscos Corporativos é responsável pela coordenação do processo de gestão de riscos na Companhia, desenvolvendo e mantendo atualizadas metodologias de Gestão Corporativa de Riscos que envolvam a identificação, mensuração, monitoramento e reporte dos riscos aos quais a Companhia está exposta. As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições. Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem: **Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação:** Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. A Companhia tem buscado aumentar a participação de empréstimos pré-indexados ou atrelados a indicadores com menores taxas e baixa flutuação no curto e longo prazo. A quantificação deste risco está apresentada na nota 26. **Risco de crédito:** O risco surge de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é gerenciado através de normas e diretrizes aplicadas na aprovação, exigência de garantias e acompanhamento das operações. As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 6 - Consumidores. **Contas a receber e ativos de contratos:** A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito. As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas ao longo da vida esperada dos recebíveis. **Risco de aceleração de dívidas:** A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos, com cláusulas restritivas (covenants) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros. Essas cláusulas restritivas são monitoradas pela controladora CPFL Energia e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento. **Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros:** A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma, possui procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia utiliza-se de sistema de software (Luna e Bloomberg), tendo condições de calcular o fair value adjustment, Stress Testing e Duration dos instrumentos, e avaliar os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos.

#### 27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

Ativo	Nota		Categoria		31/12/2021		31/12/2020	
	Explicativa	Mensuração	Nível(*)	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2 (***)	353	353	606	606	
Mútuo com coligadas, controladas	11	(a)	Nível 2 (***)	—	—	36.557	36.557	
<b>Total</b>				<b>353</b>	<b>353</b>	<b>37.163</b>	<b>37.163</b>	
<b>Passivo</b>								
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	14	(b)	Nível 2 (***)	1.227	1.227	2.203	2.203	
Mútuo com coligadas, controladas e controladora	18	(b)	Nível 2 (***)					

—☆ continuação

## CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. - CNPJ nº 58.635.517/0001-37

### Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2021, considerando principal e juros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2021	Nota explicativa	Menos de 1 mês	1-3 anos	Total
Fornecedores	14	62.973	—	62.973
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	15	958	268	1.226
Derivativos	27	60	—	60
Outros	19	1.372	—	1.372
Consumidores e concessionárias		1.372	—	1.372
<b>Total</b>		<b>65.363</b>	<b>268</b>	<b>65.631</b>

### 28. COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo, são como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2021	Duração	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Arrendamentos e aluguéis		15.725	—	—	—	15.725
Projetos de construção de usina		66.246	12.920	104	—	79.270
Fornecedores de materiais e serviços		122.412	46.893	17.831	15.842	202.977
<b>Total</b>		<b>204.384</b>	<b>59.813</b>	<b>17.934</b>	<b>15.842</b>	<b>297.973</b>

### Diretoria

**EDUARDO DOS SANTOS SOARES**  
Diretor Presidente

**FU LI**  
Diretor

**YUEHUI PAN**  
Diretor

**FLAVIO HENRIQUE RIBEIRO**  
Diretor

### Contabilidade

**LEANDRO FERNANDES PINTO**  
Coordenador de Serviços Contábeis - CRC SC-033378/O-1

### Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

**Aos Conselheiros e Acionistas da CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.** - São José do Rio Pardo - SP.  
**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda

liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 17 de março de 2022



**KPMG Auditores Independentes**  
CRC 2SP027612/O-4

**Marcio José dos Santos**  
Contador - CRC 1SP252906/O-0



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.estadao.com.br/publicacoes/>